

Sindicalismo: Da Expectativa Revolucionária à Crítica da Conformação Burocrática

José Santana da Silva

A afirmação basilar de que “A história de todas as sociedades [de classes] que existiram até hoje é a história da luta de classes”, contida no *Manifesto comunista*, de Marx e Engels, encontra pleno sentido quando aplicada à história da organização sindical. Os sindicatos nasceram com o capitalismo, uma criação dos operários para combater a exploração da sua força de trabalho pelos capitalistas.

Na fase inicial do capitalismo, apesar da propagação da filosofia política liberal entre a burguesia, nos países em que o processo de industrialização se encontrava mais avançado, os operários eram proibidos de se associarem. O Estado britânico foi o primeiro a reconhecer esse direito dos trabalhadores, sendo regulado por uma lei em 1824. Segundo Engels (2008), essa lei “anulava todas as disposições precedentes que, até então, proibiam aos operários associar-se para a defesa de seus interesses” (p. 249). A partir de então, houve uma acelerada expansão das *trade unions*, termo utilizado para denominar os sindicatos operários na Inglaterra.

A mesma lei que assegurou aos operários o direito de se organizarem em sindicatos também impôs limites à sua atuação. Uma das mais importantes era a obrigação de comunicar aos patrões com antecedência a decisão de realizar uma paralisação do trabalho ou uma greve. Apesar das limitações legais impostas às *trade unions* pelo Estado burguês, que cristalizou o seu caráter reformista, elas se tornaram referência de organização para trabalhadores de vários países. O seu reconhecimento oficial foi considerado por militantes e pensadores revolucionários no século 19 como uma importante conquista da classe operária.

A expansão das relações capitalistas de produção teve como um dos seus principais efeitos o crescimento do movimento operário e dos sindicatos. Embora não fosse precisamente uma organização sindical, a Associação Internacional dos

Trabalhadores – AIT –, fundada em Londres (Inglaterra) em setembro de 1864, foi a expressão do movimento da classe operária na luta contra o capitalismo no século 19. A orientação internacionalista da AIT estava definida na afirmação estatutária de que “a emancipação do trabalho não é um problema nem local nem nacional, mas social, que compreende a todos os países nos quais existe a sociedade moderna e necessita para sua solução o concurso teórico e prático dos países mais adiantados” (Marx & Engels, 1980, p. 11). Do mesmo modo que combatiam o localismo e o nacionalismo, os participantes da AIT procuraram contribuir para a superação do reformismo dos sindicatos, mesmo reconhecendo a importância da luta econômica por salários suficientes para a satisfação das necessidades dos trabalhadores.

O desenvolvimento da produção capitalista, baseada na intensa divisão do trabalho, assim como a dinâmica da luta de classes e a ampliação das funções reguladora e repressora do Estado, provocaram importantes mudanças na forma e nas finalidades dos sindicatos. Por outro lado, os diferentes ritmos e graus de desenvolvimento das relações capitalistas de produção nas diversas regiões do planeta; a sobrevivência de relações sociais não capitalistas; a maior ou menor influência de ideologias conservadoras, autoritárias, liberais, reformistas e de teorias revolucionárias entre os operários levaram ao surgimento de diferentes concepções de sindicalismo.¹ Mas, neste artigo, abordamos apenas as concepções de Marx, Lênin, Trotski e Pannekoek.

Marx e a necessidade de superação das limitações originais dos sindicatos

Marx não desenvolveu uma teoria específica do sindicalismo. A produção teórica desse autor sobre a organização sindical está inserida na totalidade da sua obra, na perspectiva da luta revolucionária do proletariado pela destruição do capitalismo e construção da sociedade comunista, autogerida – o “autogoverno dos produtores”. Por isso, as suas elaborações sobre os sindicatos só fazem sentido se apreendidas como parte da sua teoria da sociedade capitalista, tendo em vista a sua superação. Assim, é correto afirmar que a concepção de Marx do papel dos sindicatos está diretamente

¹ Uma breve síntese das principais concepções de sindicatos pode ser encontrada no livreto de Ricardo Antunes, *O que é sindicalismo?* da editora Brasiliense (1984, p. 21-35).

vinculada à sua visão acerca do propósito de todas as organizações de classe criadas pelo proletariado, qual seja: contribuir para a sua auto-emancipação e, conseqüentemente, de toda a humanidade. Ele próprio deixou isso claro numa entrevista concedida a um jornal (*World*, agosto de 1871), quando afirmou que cabe aos próprios trabalhadores lutarem por sua libertação da exploração e dominação capitalistas, sendo a finalidade prática de toda organização operária a realização desse objetivo (Marx & Engels, ob. cit., p. 35-36). Isto não significa que Marx desconsiderasse a importância da luta sindical contra o rebaixamento dos salários por parte dos patrões. Foi ele mesmo que reconheceu essa função dos sindicatos:

O valor da força de trabalho constitui a base racional e declarada dos sindicatos, cuja importância para a classe operária não se pode subestimar. Os sindicatos têm por fim impedir que o nível dos salários desça abaixo da soma paga tradicionalmente nos diversos ramos da indústria e que o preço da força de trabalho caia abaixo de seu valor (Marx & Engels, ob. cit., p. 9).

O valor da força de trabalho, isto é, o salário, corresponde ao valor dos meios naturais ou físicos e culturais necessários à sua reprodução. Assim como as demais mercadorias, o valor da força de trabalho “é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico” (Marx, 1988, p. 137). Tendo em vista as necessidades de sua reprodução, “A soma dos meios de subsistência deve [...] ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal” (*idem*). Mas deve-se levar em conta que as necessidades dos trabalhadores variam de um país para outro, o que não altera o fato de que o salário equivale a apenas uma parte do que o trabalhador produz durante a jornada de trabalho.

Além desse componente racional de determinação do valor da força de trabalho, há um outro: a relação entre oferta e procura. Ao contrário do que faz parecer a economia política, essa relação mercantil entre compradores e vendedores da força de trabalho não é uma relação entre iguais. O fato de os capitalistas poderem estabelecer um contrato individual com cada trabalhador, em geral, lhe permite impor salários mais baixos do que determina a livre relação entre a oferta e a procura. Aos compradores da força de trabalho interessa que os trabalhadores se vejam mutuamente como indivíduos

em permanente competição uns com os outros, o que os torna vulneráveis diante dos capitalistas. Daí que, segundo Marx, “os operários se unem para se colocarem em igualdade de condições com o capitalista para o contrato de venda de seu trabalho” (Marx & Engels, 1980, p. 9). Ao impedirem que os salários sejam rebaixados pelos empregadores, os sindicatos se constituem em “sociedades de segurança” para os operários (*idem*, p. 10).

Ao agregar os trabalhadores nessa luta por motivos econômicos, inicialmente, os sindicatos teriam se tornado “ainda mais importantes como força organizada para suprimir e substituir o sistema de trabalho assalariado”, afirma Marx (1980, p. 14). Porém, já constatava naquele momento o desvirtuamento dessa função política. Para ele, os sindicatos se ocupavam “em demasia exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital” (*idem*). E, ampliando a crítica, dizia que os militantes sindicais não tinham consciência do que poderiam fazer “contra o sistema e a escravidão assalariada”, tendo mantido os sindicatos “separados dos movimentos mais gerais e das lutas políticas” (*idem*). Era necessário transpor esses limites. Para tanto, indicava:

Além de sua função imediata de reação contra as dúbias manobras do capital, os sindicatos devem atuar como centros de organização da classe operária, com vistas à sua radical emancipação. Devem ajudar todo movimento social e político de igual tendência.

Ao se considerarem e atuarem como pioneiros e representantes de toda a classe operária, conseguirão reagrupar em seu seio todos os que ainda não estão organizados (*idem*).

Nessa tarefa organizativa, os sindicatos deveriam se ocupar das categorias de trabalhadores mais explorados e desorganizados, especialmente os trabalhadores do campo. Assim, contribuiriam para desenvolver, “nas grandes massas operárias, a convicção de que, em lugar de se circunscreverem a limites estreitos e egoístas, seu objetivo tende à emancipação de milhões de proletários subjugados” (Marx & Engels, 1980, p. 14-15). Com estas palavras, Marx torna explícita a sua concepção acerca do papel político dos sindicatos: deveriam abarcar a totalidade da luta da classe operária pela auto-emancipação, ultrapassando os limites da ação com objetivos imediatos e restritos aos interesses de uma categoria. Trata-se de uma concepção classista revolucionária e não corporativa reformista.

A visão que Marx tinha dos sindicatos refletia na sua posição em relação às

greves, geralmente deflagradas por reivindicações de caráter econômico ou por direitos que não alteravam a condição da classe trabalhadora na relação com seus exploradores. Na resolução do Terceiro Congresso da AIT, realizado em Bruxelas (Bélgica, 1868), Marx escreveu: “as greves não são um meio de emancipar completamente o trabalhador, mas uma necessidade na situação atual de luta entre o trabalho e o capital” (Marx & Engels, 1980, p. 17). Apesar desse alcance limitado, recomendava que, ao se organizar uma greve nos ramos da produção em que ainda não houvesse “sindicatos, sociedades de resistências e socorros mútuos”, que fosse aproveitada a oportunidade para criá-los e, em seguida, buscar a solidariedade entre todas as categorias de trabalhadores do próprio país e dos demais (*idem*). Assim, as greves poderiam ser úteis como meio de ampliação da organização da classe operária.

Além dos sindicatos, as cooperativas operárias inspiradas no modelo comunitário do “socialista utópico” britânico, Robert Owen (1771-1858), nos “falanstérios” do francês Charles Fourier (1772-1837), e nas associações mutualistas propostas por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) também mereceram a atenção de Marx. Porém, dessa forma de organização operária não trataremos aqui. Cabe dizer apenas que, embora admitisse que esse tipo de associação poderia ter alguma utilidade para a luta política dos trabalhadores, mais precisamente as cooperativas de produção, Marx não o via de forma positiva, na medida em que era altamente vulnerável à cooptação pelos capitalistas. Diante disso, era mais apropriado apostar na organização sindical.

No opúsculo *El marxismo y la sociologia*, Richard Hyman (1978) afirma que as concepções socialistas sobre o potencial político dos sindicatos se dividem em duas tendências: “os enfoques que distinguem um importante potencial revolucionário na atividade sindical e os que alegam que esta atividade não facilita em si mesma (ou até inibe) a transformação revolucionária da sociedade capitalista” (p. 10). Segundo esse autor, Marx e Engels teriam passado de uma avaliação otimista a uma visão pessimista desse aspecto dos sindicatos. Essa mudança de posição teria resultado da observação do comportamento do movimento operário na Inglaterra, na segunda metade do século 19, que tendeu cada vez mais ao reformismo, apesar da larga experiência acumulada na luta

contra o capital.

Na verdade, o entusiasmo de Marx e Engels com as primeiras lutas e conquistas do proletariado inglês não turvou suas consciências acerca dos limites políticos das organizações sindicais, que eram perceptíveis desde o início da sua história. Disto se conclui que não se tratou de mudança de uma avaliação “otimista” para uma perspectiva “pessimista”, mas, sim, de uma análise realista e crítica, fundamentada no desenvolvimento da luta de classes. A tendência ao economicismo, ao imediatismo e, quando muito, ao reformismo é uma falha congênita dos sindicatos. Por essa razão, Marx e outros participantes da AIT sempre insistiram na necessidade de ampliar os objetivos da luta operária empreendida por meio desse tipo de organização, incorporando a meta da superação das relações sociais de produção capitalistas, baseadas no trabalho assalariado, portanto, trabalho alienado. Como desdobramento da sua conformação às relações de trabalho assalariadas e à institucionalização da luta econômica e política, os sindicatos tenderam a se burocratizar. Com isso, a possibilidade de se tornarem organizações revolucionárias, como pretendia Marx, foi historicamente liquidada.

O sindicato como escola política e mecanismo de transmissão do partido, segundo Lênin

A experiência histórica de Lênin lhe permitiu pensar muito mais do que Marx sobre os sindicatos, apesar de ter vivido menos do que ele. Embora Lênin, assim como Marx, entendesse a organização sindical como decorrência da luta de classes da sociedade capitalista e instrumento do proletariado no enfrentamento dos exploradores da sua força de trabalho, as suas concepções apresentam diferenças significativas em comparação com as concepções do autor de *O capital*. Certamente que essas diferenças derivam dos contextos históricos distintos em que ambos elaboraram suas ideias. Mas é mais certo ainda que elas expressam as noções de Lênin acerca do papel da “vanguarda” ou “revolucionários profissionais” no desenvolvimento da consciência de classe do proletariado e da revolução. Decorrem também da posição que atribui ao partido “revolucionário” na sua relação com as organizações da classe operária. Em síntese, a visão leninista acerca dos sindicatos deriva da sua concepção do processo de construção do que ele entendia ser a sociedade comunista.

A primeira obra em que Lênin tratou mais especificamente da organização sindical foi o livro *Que fazer?*, publicado em 1902, portanto, bem antes da Revolução Russa de 1917. Nessa coletânea de textos, combate os integrantes da tendência socialdemocrata denominada ‘economistas’.² Em oposição aos ‘economistas’, que defendiam a priorização da luta operária por aumentos salariais e outras reivindicações de caráter econômico, Lênin afirmava que os revolucionários social-democratas deveriam dirigir “a luta da classe operária não só para obter condições vantajosas de venda da força de trabalho” (1979, p. 82), mas, acima de tudo, para a destruição do modo de produção capitalista. Isso significava superar o economicismo ou “tradeunionismo”³ e orientar o movimento operário para a conquista do poder político, isto é, do Estado. Para ele, a proposição dos ‘economistas’ de ‘imprimir à *própria* luta econômica um caráter político’ ocultava “a tendência tradicional de *rebaixar* a política socialdemocrata ao nível da política tradeunionista!” (1979, p. 87; grifos no original).

Embora entendesse que a finalidade da existência dos revolucionários socialdemocratas era dirigir a revolução proletária, Lênin distinguia a organização dos operários da organização dos “revolucionários profissionais”. Segundo ele, a organização dos operários deveria ser “em primeiro lugar, sindical”, em segundo, “a mais extensa possível” e, em terceiro lugar, “o menos clandestina possível” (em se tratando de sociedades submetidas a regimes autoritários como a Rússia czarista). Entendia por “sindical” a organização que busca obter conquistas imediatas, econômicas, como aumentos salariais. Já a organização dos “revolucionários profissionais” deveria “englobar antes e acima de tudo pessoas cuja profissão seja a atividade revolucionária”, isto é, atividade “política”. Nela, a distinção entre operários e intelectuais, assim como entre as profissões dos seus participantes, desapareceria (1979, p. 119). Enquanto a organização dos revolucionários deveria ser clandestina e restrita (sob regimes políticos autoritários), os sindicatos deveriam estar abertos a todos os trabalhadores que compreendiam “a necessidade da união para a luta contra os patrões e

² O grupo dos ‘economistas’ fazia parte da tendência do Partido Operário Socialdemocrata da Rússia – POSDR – que, em 1903, rompeu com os bolcheviques (maioria) e, com outros dissidentes, formou a tendência denominada “menchevique” (minoria).

³ Esse termo deriva das já referidas associações sindicais, *trade unions*, criadas pelos operários ingleses no século 19.

contra o governo” (1979, p. 121). Assim, os revolucionários profissionais disporiam de um contingente maior de trabalhadores sob sua influência. Isso está coerente com o papel político estratégico que Lênin atribuía aos sindicatos, como esclarece com estas palavras:

As organizações sindicais não só podem ser extraordinariamente úteis para desenvolver e fortalecer a luta econômica, como podem converter-se, também, *num auxiliar* da maior importância para a agitação política e a organização revolucionária (1979, p. 123; grifo meu).

Da perspectiva vanguardista de Lênin, caberia ao partido proletário organizar e dirigir a “agitação política” e a revolução, assim como a própria “luta sindical” (1979, p. 169), ainda que nem todos os operários devessem ser socialdemocratas ou “revolucionários profissionais”. Aos sindicatos, reserva um papel “auxiliar”, subordinado ao partido. Os revolucionários do partido deveriam ir aos trabalhadores “como teóricos, como propagandistas, como agitadores e como organizadores” (Lênin, 1975, p. 97) ou, numa palavra: como vanguarda da classe operária. Segundo Lênin, *a consciência revolucionária “só pode ser introduzida [no proletariado] do exterior”* (1975, p. 41; grifos meus).⁴ Essa tarefa compete à vanguarda intelectual organizada no partido. Em defesa desse ponto de vista, argumenta:

A história de todos os países mostra que a classe operária, apenas com as suas próprias forças, só está em condições de elaborar uma consciência ‘trade’-unionista, quer dizer, a convicção de que precisa de se agrupar em sindicatos, lutar contra o patronato, exigir do governo estas ou aquelas leis necessárias aos operários, etc. *Em troca, a doutrina socialista nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes possuidoras.* Os próprios fundadores do socialismo científico contemporâneo, Marx e Engels, eram, pela sua situação social, intelectuais burgueses. Da mesma maneira, na Rússia, a doutrina teórica da social-democracia surgiu de uma forma completamente independente do ascenso espontâneo do movimento operário; *foi o*

⁴ No Projeto de Programa do POSDR de 1895/1896, Lênin define assim a consciência da classe operária: “[...] é a compreensão de que o único meio de melhorar a sua situação e de conseguir a sua emancipação consiste na luta contra a classe dos capitalistas e industriais, que foram criados pelas grandes fábricas. Além disso, a consciência de classe dos operários implica na compreensão de que os interesses de todos os operários de um país são idênticos, solidários, que todos eles formam uma mesma classe diferente de todas as demais classes da sociedade. Por último, a consciência de classe dos operários significa que eles compreendem que para atingir seus objetivos necessitam de conquistar influência nos assuntos públicos, como a conquistaram e continuam tratando de conquistar os latifundiários e os capitalistas” (1979, p. 29-30).

resultado natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas” (Lênin, 1975, p. 41; grifos no original).⁵

Para ele, deixada à espontaneidade da luta contra os capitalistas e seu Estado, a classe operária jamais desenvolveria a consciência revolucionária, limitar-se-ia ao imediatismo das demandas econômicas. Quando muito, poderia chegar ao reformismo. Daí, a necessidade da vanguarda intelectual. Tal qual a “*doutrina socialista*”, que teria nascido da cabeça dos intelectuais burgueses, “de uma forma completamente independente” das lutas operárias, o partido também se formou autonomamente, devendo, por isso, “aderir ao movimento operário, *iluminar-lhe o caminho* e ajudar os operários nessa luta que eles já iniciaram” (Lênin, 1979, p. 29; grifo meu). Desse modo, além de defender e representar os interesses da classe trabalhadora, o partido teria como missão “desenvolver a consciência de classe dos operários” (*idem*), ensinar-lhes a serem “socialistas”.

Quanto aos operários sindicalizados que não se vinculassem ao partido, mas que fossem revolucionários, Lênin não explicou qual seria o seu destino. Certo é que não admitia a “neutralidade dos sindicatos”, ou seja, a sua autonomia em relação ao partido. Para eliminar qualquer veleidade autonomista, principalmente nos moldes defendidos pelos mencheviques, os militantes do partido deveriam “trabalhar dentro dos sindicatos [...] com o espírito da mais estreita aproximação possível” entre estes e o Partido Social-Democrata (1979, p. 216). Se em outras épocas Lênin havia admitido algum grau de autonomia dos sindicatos, a partir desse momento (artigo publicado em março de 1908), ele e os demais militantes do partido passaram a defender abertamente o dirigismo partidário sobre as organizações dos trabalhadores (Lênin, 1979, p. 218). Tratava-se de realizar nas “associações operárias legais” a política ou as resoluções partidárias. Primeiro, os militantes socialdemocratas deveriam fazer o proselitismo junto aos operários ainda não associados, atraindo-os para os sindicatos. Ao mesmo tempo,

⁵ Embora Lênin atribua a Marx e Engels o título de vanguarda intelectual do proletariado, essa ideia da introdução da consciência revolucionária do exterior é uma reprodução de uma formulação do ideólogo checo da social-democracia, Karl Kautsky (1856-1938), não dos fundadores do marxismo (Lênin, 1975, p. 50-51). É interessante notar que Lênin rompeu com Kautsky, por ele ter se debandado para o reformismo socialdemocrata, chamando-o de o “renegado Kautsky” (Cf. *A revolução proletária e o renegado Kautsky* [1918]).

deveriam “formar dentro dessas associações grupos de Partido e, através de prolongado e sistemático trabalho entre elas, conseguir que sejam estabelecidas as mais estreitas relações entre elas e o Partido Social-Democrata” (1979, p. 246). Desse modo, os socialdemocratas que atuavam nos sindicatos deveriam se esforçar para transformá-los em “baluartes” do partido.

Antes do triunfo da Revolução de 1917 na Rússia, Lênin defendia que o “princípio fundamental” de todo “movimento sindical” era o de “não confiar no ‘Estado’”, deveria “confiar unicamente na força de sua classe”, visto que definia o Estado como “a organização da classe dominante” (Lênin, 1979, p. 267). Após a tomada do poder pelos bolcheviques, considerava injusto até mesmo “falar de ‘neutralidade’ dos sindicatos” (1979, p. 270). Acreditava que os militantes do partido tinham se tornado “suficientemente fortes no núcleo do movimento sindical para poder submeter” à sua “influência e à disciplina geral proletária tanto os elementos não comunistas, atrasados ou passivos, dentro dos sindicatos, como as camadas trabalhadoras que em alguns aspectos” continuavam com uma consciência e comportamento pequeno-burgueses (*idem*).

Na nova ordem, o “movimento sindical” teria que desempenhar “um papel destacado”, ocupando “o posto mais importante na política”, convertendo-se “em organismo político principal” (1979, p. 273). Desse ponto, Lênin avança para a proposição da estatização imperativa dos sindicatos. Mas isso não significava transformá-los nas instâncias máximas do poder exercido pelo proletariado. O partido continuaria proeminente, afinal, ele era considerado uma forma superior de organização política. De qualquer modo, Lênin reconhecia a importância dos sindicatos na conquista e na sustentação do poder operário. Esse reconhecimento se baseava no papel educativo dessa forma de organização, “uma escola de governo, escola de administração, escola de comunismo” (Lênin, 1979, p. 293).

As prescrições mais completas de Lênin acerca do papel dos sindicatos sob a “ditadura do proletariado” ou “nas condições da nova política econômica” (NEP) se encontram numa resolução do comitê central do Partido Comunista da Rússia (12/1/1922). Nesse documento, considerando que ainda persistiam elementos típicos do

capitalismo, como a propriedade privada dos meios de produção, a divisão de classes e o Estado, afirma que competiria aos sindicatos as seguintes atribuições: 1) em termos gerais, defender os “interesses de classe do proletariado em sua luta contra o capital”; 2) defender os interesses dos trabalhadores e contribuir com a melhoria das suas condições materiais nas empresas estatizadas; 3) contribuir para solucionar com rapidez os conflitos entre os trabalhadores e as direções das empresas estatais com o máximo de vantagens para as categorias representadas; 4) participar na organização das empresas do Estado, sem intervir diretamente na sua administração; 5) formar e indicar administradores para as empresas estatais; 6) participar na planificação da economia e intervir na regulamentação das empresas privadas por meio da participação nos órgãos reguladores do Estado; 7) fixar “tarifas e normas de abastecimentos” para as empresas estatais (Lênin, 1979, p. 319-324). Em síntese, todas as tarefas dos sindicatos se resumiam em auxiliar a vanguarda instalada na direção do Estado na condução dos trabalhadores (operários e camponeses) rumo à sociedade comunista. No cumprimento de sua missão, as organizações sindicais teriam de manter a ligação indissolúvel com as massas. O sindicato deveria ser o “*mecanismo de transmissão do Partido Comunista para as massas*” (Lênin, 1979, p. 325; grifo meu).

Nas linhas finais desta seção, cabe indicar algumas diferenças fundamentais entre as concepções de Lênin e as de Marx, acerca da classe operária e das suas organizações. Conforme já visto na seção anterior, para Marx, a consciência de classe dos trabalhadores se desenvolve no embate com a classe antagônica, não sendo, portanto, “introduzida do exterior” por ação de sujeitos que, supostamente, teriam a missão de torná-los conscientes do seu próprio ser social e do seu papel histórico. É o ser social que determina a consciência, como bem esclareceu Marx no “Prefácio” de *Para a crítica da economia política*. Ambos são indissociáveis. Logo, a consciência de classe dos trabalhadores não pode ser produzida fora das suas relações com a classe exploradora para, depois, ser-lhe introjetada. Tendo a exata compreensão disso, Marx pôde afirmar que “a emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios trabalhadores”. Isso não é uma prescrição ou uma concessão populista, é uma

constatação. Embora tenha repetido essas afirmações inúmeras vezes⁶, Lênin demonstrou clara incoerência com o pensamento de Marx. Vale destacar que o líder bolchevique russo, mesmo evocando o materialismo dialético na análise da realidade concreta, supervalorava a prática em detrimento da teoria. Na verdade, confundia o pragmatismo, modo burguês de se conduzir nas relações políticas, com a práxis revolucionária de Marx. Assim, Lênin justificava o abandono do que chamava de “princípios” nas ações de construção do capitalismo de Estado na Rússia, após a Revolução de 1917.

Outro equívoco de Lênin se encontra na sua interpretação de que o socialismo “nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes possuidoras”. Esta afirmação revela o quanto é enviesado o seu entendimento da teoria revolucionária formulada por Marx e o quanto distorceu o significado de alguns dos seus conceitos e pressupostos, ao incorporá-los ao bolchevismo. Da mesma forma que o marxismo “não é mais do que a expressão teórica” da “luta prática que a classe operária trava pela sua emancipação”, como afirma Korsch (2008, p. 125), o comunismo, conforme indicado na obra de Marx, só poderia existir como fruto do movimento operário. Assim considerado, o comunismo não pode ser uma invenção de cérebros burgueses, visto que tem como fim a superação da sociedade capitalista. Nesse sentido, se a ideologia que Lênin chamou de “doutrina teórica da social-democracia” surgiu independente da existência do movimento operário na Rússia, ela nada tem a ver com a teoria da emancipação operária desenvolvida por Marx. Ao contrário disso, historicamente, o bolchevismo se constituiu numa ideologia justificadora da dominação burocrática sobre os trabalhadores.

O que dizer da proposição de instrumentalização dos sindicatos pela burocracia partidária e de sua estatização defendida por Lênin? Nesse aspecto, o líder bolchevique russo subverte a perspectiva autogestionária da emancipação proletária e reafirma as relações de classes da sociedade burguesa, ao defender a continuidade da divisão entre

⁶ Lênin inseriu essa afirmação, por exemplo, nos Projetos de Programa do Partido Operário Socialdemocrata da Rússia de 1895/1896 e de 1902 (esta última versão escrita entre janeiro e fevereiro do referido ano). Assim, está escrito: “A emancipação da classe operária só pode ser obra da própria classe operária” (Lênin, 1979, p. 17 e 134).

dirigentes e dirigidos. Marx se entusiasmou com a experiência de autogoverno dos produtores – “governo dos produtores pelos produtores” – vivenciada pelos trabalhadores franceses na Comuna de Paris (1871), conforme registrou em *A guerra civil na França* (Marx, s/d, especialmente, p. 81ss). Para ele, a partir daquela tentativa de construção do comunismo, não fazia mais sentido uma fase de transição baseada na “ditadura do proletariado” prevista no *Manifesto comunista*. Os comunardos parisienses demonstraram com sua práxis que a própria revolução deve ser autogerida. Lênin ignorou completamente essa lição apreendida por Marx. Certamente, essa atitude corresponde à perspectiva de poder da sua classe, não aos interesses dos trabalhadores.

Na avaliação do potencial político das greves, Lênin demonstrou um otimismo pouco realista. Enquanto Marx vê as greves como *possível* meio de expansão da organização classista dos trabalhadores, apesar de serem motivadas, basicamente, por demandas econômicas, Lênin considerava que essa forma de luta difundiria entre a classe, “cada vez mais, os círculos e as associações”, contribuindo para ampliar “o número dos operários que se tornam socialistas” (Lênin, 1979, p. 48). No que concerne ao efeito das greves na formação da consciência de classe, os dois autores parecem convergir. Porém, já vimos que, contraditoriamente, Lênin não vê a possibilidade do desenvolvimento autônomo da consciência de classe dos trabalhadores, sendo necessária a atuação da vanguarda com essa finalidade. Por estas e outras incongruências entre o pensamento de Lênin e o de Marx, caberia questionar em que medida a ideologia bolchevique representa uma continuidade do marxismo. Sem dúvida, há mais rupturas do que continuidades nos pontos aqui mencionados e em outros que não podem ser abordados neste espaço.

Quanto às concepções de Trotsky sobre a organização sindical dos trabalhadores, não há diferenças apreciáveis em relação às de Lênin, a não ser pela menor sutileza dos seus argumentos na defesa da subordinação dos sindicatos ao partido “revolucionário”. Isso é o que se verá no tópico seguinte.

Trotsky e a submissão dos sindicatos ao partido

Os textos de Leon Trotsky (1879-1940) que serviram de fontes para esta exposição compõem a coletânea *Escritos sobre sindicato*, publicada pela editora Kairós

(1978).⁷ Nos artigos que compõem a primeira parte dessa obra, o autor se dedica a defender a subordinação dos sindicatos ao Partido Comunista em oposição aos anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários franceses, que propugnavam a independência das organizações operárias em relação aos partidos. Trotsky rejeitava a afirmação de que os sindicatos representavam toda a classe trabalhadora e que o partido seria apenas seu “servente” (*op. cit.*, p. 18). Para ele, o proletariado só poderia chegar “à *compreensão subjetiva* da tarefa histórica que lhe coloca sua situação objetiva [de classe]” por intermédio dos sindicatos e do partido, no caso, o comunista (*op. cit.*, p. 20; grifos no original). Nesse sentido, argumenta:

Se o proletariado, como classe, fosse capaz de compreender imediatamente sua tarefa histórica, não seriam necessários nem o partido nem os sindicatos. A revolução teria nascido, simultaneamente, com o proletariado. Pelo contrário, o *processo* mediante o qual o proletariado compreende sua missão histórica é longo e penoso, e está repleto de contradições internas. Somente através de prolongadas lutas, de duras provas, de muitas vacilações e de uma ampla experiência, os melhores elementos da classe operária, da vanguarda das massas, atingem essa compreensão. Isto se aplica tanto ao partido como aos sindicatos (*idem*).

Isto significa que, para se converter em “fator histórico”, isto é, sujeito revolucionário, a classe operária necessitaria de uma vanguarda – o partido revolucionário –, visto que os sindicatos são a retaguarda da revolução. Trotsky, coincidindo com Lênin, acreditava que a consciência de classe do proletariado seria levada pela vanguarda. Por isso, não teria sentido a independência das organizações operárias ante o Partido Comunista. A afirmação atribuída a Marx pelos sindicalistas revolucionários de que o partido se originaria nos sindicatos, só se aplicaria aos países de capitalismo desenvolvido, como teria ocorrido na Inglaterra. Em países atrasados como a Rússia, os partidos que representavam os interesses dos trabalhadores teriam antecedido os sindicatos. A independência das organizações sindicais só era correta no caso de existirem apenas partidos burgueses e reformistas ou oportunistas. Trotsky considerava que a AIT “*era um partido*” (*op. cit.*, p. 23; grifos no original). Caberia a

⁷ Como informam os editores, os textos de Trotsky reunidos nessa obra foram escritos entre março de 1923 e agosto de 1940, época em que foi assassinado por um agente do regime bolchevique comandado por Stalin. Infelizmente, não tive acesso às suas proposições sobre o papel dos sindicatos e sua relação com o Estado soviético criticadas por Lênin em 1920 (cf. Lênin, 1979, p. 292-313). Na obra *O marxismo e os sindicatos* (2008), Paulo Agüena fez uma compilação de parte desses textos de Trotsky, ao lado de escritos de Marx, Engels e Lênin que tratam do tema.

ele realizar a unidade dos sindicatos, porque vai além das reivindicações imediatas.

Outra ideia defendida por Trotsky acerca do papel dos sindicatos e do partido é a de que existiria uma divisão de trabalho entre ambos: os primeiros não atuam no parlamento, essa tarefa compete aos deputados do partido, representantes da classe. “O sindicato”, argumentava ele, “como forma organizativa, não se adapta à luta parlamentar, mas os operários organizados nos sindicatos terão igualmente seus deputados” (*op. cit.*, p. 27). E arremata: “É um simples caso de divisão do trabalho dentro de uma mesma classe” (*idem*). Dessa perspectiva, o Partido Comunista se constituiria numa “ferramenta” da ação política, em última instância, da “ação revolucionária do proletariado”. Por isso, os que reivindicam a autonomia dos sindicatos em relação ao partido, estariam contrapondo “o setor proletário mais atrasado com a vanguarda da classe operária”; assim como “a luta pelas conquistas imediatas com a luta pela completa libertação dos trabalhadores; o reformismo com o comunismo; o oportunismo com o marxismo revolucionário” (*op. cit.*, p. 29). Enfim, os sindicatos são aparelhos organizativos do partido, por essa razão, nunca foram nem poderão ser politicamente independentes. A defesa da submissão da organização sindical ao partido levou Trotsky a propor que os sindicatos dos trabalhadores russos fossem transformados em órgãos do Estado soviético.

Quanto à unidade das organizações da classe operária, Trotsky também distinguia o partido dos sindicatos. Para o partido, preceituava “total independência”, como “condição elementar para a ação revolucionária” (*op. cit.*, p. 67). Ainda assim, dependendo das circunstâncias, haveria que se levar em conta a conveniência de uma unidade com outras tendências com perspectivas políticas próximas. Já em relação a “outras organizações de massa” – sindicatos, cooperativas, sovietes –, defendia que os militantes comunistas buscassem sempre a sua unidade, mesmo quando se tratasse de sindicatos sob a hegemonia de grupos reformistas, tendo em vista, por certo, estabelecer seu controle sobre elas. Coincidindo com Lênin, considerava que essas organizações eram “um campo propício para a educação revolucionária de amplos setores operários e para recrutamento dos operários mais avançados” (*op. cit.*, p. 68). Por essa razão, discordava das tendências políticas “sectárias”, que advogavam a criação de sindicatos

paralelos aos dominados pelos reformistas ou burocratas aliados dos patrões e do Estado.⁸ Para ele, os sindicatos eram, “por natureza, uma frente única de fato dos partidos revolucionários com os reformistas e as massas sem partido” (*op. cit.*, p. 82).

Ao analisar a situação dos sindicatos no capitalismo oligopolista ou imperialista, Trotsky constatava a esmagadora burocratização das organizações dos trabalhadores. Com isso, ao contrário de cumprirem a função de instrumentos da revolução proletária, tornaram-se “auxiliares do capital na crescente exploração dos operários” (*op. cit.*, p. 79). A burocracia sindical “Voltou toda a autoridade acumulada pelos sindicatos contra a revolução socialista e inclusive contra qualquer tentativa dos operários de resistir aos ataques do capital e da reação” (*op. cit.*, p. 79-80). Para ele, a “característica comum” das organizações sindicais no capitalismo monopolista era a sua vinculação ao Estado. Nisto estaria a prova da sua degeneração. Nesse estado de coisas, ao invés de levar a luta contra o capital pelo fim da exploração da força de trabalho, os sindicalistas burocráticos passavam a disputar com os capitalistas a cooperação do Estado, conforme explicita:

Aos olhos da burocracia sindical, a tarefa principal é ‘liberar’ o Estado de suas amarras capitalistas, de debilitar sua dependência dos monopólios e voltá-los a seu favor. [...] Os burocratas fazem todo o possível, em palavras e nos fatos, para demonstrar ao estado ‘democrático’ até que ponto são indispensáveis e dignos de confiança em tempos de paz e, especialmente, em tempos de guerra (*op. cit.*, p. 102).

Se nos países de capitalismo monopolista, totalitários ou ‘democráticos’, não haveria espaço para independência dos sindicatos, nos países subordinados ao domínio imperialista ou se submetem ao Estado ou são destruídos. Disto Trotsky deduz que, “O fascismo, ao transformar os sindicatos em organismos do estado, não inventou nada de novo: simplesmente levou até às últimas consequências as tendências inerentes ao imperialismo” (*idem*). Diante desse quadro, somente os revolucionários estariam em

⁸ Quando apresentava suas teses sobre a questão da unidade das organizações proletárias, Trotsky escrevia a propósito da unificação entre a Confederação Geral do Trabalho – CGT – e a Confederação Geral do Trabalho Unitária – CGTU – francesas, proposta defendida por ele em março de 1931 (cf. *op. cit.*, p. 67-77). A CGT, fundada em 1895, era controlada pelos reformistas, enquanto que a CGTU, criada em 1922, estava sob a direção dos comunistas. Em 1936, finalmente, a unificação se consumou com o nome de CGT. Após a segunda guerra, os socialistas (reformistas) deixaram a CGT e formaram a central sindical denominada Força Operária. Após o fim do regime bolchevique na Rússia, em 1990, a CGT se desligou do Partido Comunista da França, passando a adotar uma linha política “moderada”.

condições de sustentar as seguintes palavras de ordem: “*independência total e incondicional dos sindicatos em relação ao Estado capitalista*” e “*democracia sindical*” (*op. cit.*, p. 103; grifos no original).

Como se percebeu nesta explanação das ideias de Trotsky, embora tenha sido contundente na crítica à burocratização e subordinação dos sindicatos ao Estado nas sociedades capitalistas, não abandonou a defesa do atrelamento das organizações operárias ao partido, que considerava a vanguarda da classe. Na verdade, defendia a instrumentalização dos sindicatos pelo partido com tanta convicção quanto Lênin. Isso equivale a dizer que, segundo seu ponto de vista, somente nas sociedades capitalistas a burocratização dos sindicatos e sua subserviência perante o capital e o Estado seriam contrárias aos interesses dos trabalhadores, enquanto que sob o regime da “ditadura do proletariado” ou da vanguarda partidária, essa subordinação não se constituiria um problema para a classe. Coerente com essa posição, só lamentava que o *Comintern* (“III Internacional Comunista” ou bolchevique) tivesse abdicado da tarefa de instigar e apoiar os “comunistas” a investirem na conquista dos sindicatos nos países fora da sua influência, procurando dominá-los por dentro, sem dividi-los ou criar organizações paralelas.

Trotsky teve tempo de ver mais de perto do que Lênin o processo de burocratização das organizações operárias nos países capitalistas (‘democráticos’ e fascistas) e de conhecer os efeitos da sua aniquilação política pela autocracia bolchevique na ex-União Soviética sob o comando de Stalin, porém, nem assim se convenceu dos equívocos da ideologia vanguardista e da necessidade de defender a auto-organização dos trabalhadores. Sua fidelidade ao bolchevismo o coloca na mesma situação de Lênin em comparação com Marx. As diferenças em relação a Lênin são apenas de grau, divergindo na essência das concepções e do posicionamento de Marx frente à organização operária.

A mudança de perspectiva de Anton Pannekoek sobre os sindicatos

De início, é importante registrar que Pannekoek⁹ foi um dos principais alvos do

⁹ O marxista holandês Anton Pannekoek (1873-1960) era astrônomo de formação. “Fez parte da ala radical da socialdemocracia, ao lado de nomes como Herman Gorther, Rosa Luxemburgo, entre outros.

ataque de Lênin por meio do panfleto intitulado *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*, publicado em 1920. Para se ter uma noção clara da sua visão sobre os sindicatos, é necessário levar em conta que ela está vinculada à sua compreensão da sociedade capitalista. Segundo ele, a sociedade burguesa se assenta no monopólio da propriedade dos meios de produção exercido pela burguesia e na exploração da força de trabalho dos não proprietários – os trabalhadores – e cuja história se move pela luta entre essas duas classes fundamentais. Como afirma Edmilson Marques,

Pannekoek, ao tratar da organização operária, toma como referência a sua determinação fundamental, isto é, o modo como os indivíduos produzem os meios necessários e indispensáveis para sua sobrevivência. É a partir do modo de produção que ele sistematiza teoricamente a sua concepção sobre a sociedade (Marques, 2011, p. 32).

Mais precisamente, a análise dos sindicatos elaborada por Pannekoek se insere na sua concepção da organização da classe operária na sociedade capitalista, bem como nas suas formulações acerca da organização da sociedade futura e do modo como se dará a sua construção pelos trabalhadores. Disso depreende-se que, para esse autor, as formas de organização dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que são determinadas pela sua luta contra os capitalistas, devem expressar o modo de organização social da sociedade comunista, autogerida. Deve haver, portanto, coerência entre meios e fins.

Ao expor as ideias de Pannekoek sobre os sindicatos, cabe advertir que a sua visão acerca dessa forma de organização dos trabalhadores se alterou ao longo do tempo. Inicialmente, ele definia os sindicatos como “a forma natural de organização do proletariado” (2007a, p. 250), que, embora não fossem inimigos do capitalismo, combatiam a exploração da força de trabalho, desempenhando a função mais importante de educar politicamente os trabalhadores e até poderiam contribuir com a luta pela

Passou do radicalismo para o esquerdismo com a cisão da socialdemocracia e, posteriormente, passou a integrar a corrente anti-bolchevista denominada ‘comunismo de conselhos’. Assim, fez parte do amplo movimento revolucionário dos conselhos operários na Alemanha e das correntes críticas tanto do reformismo socialdemocrata quanto do bolchevismo (‘comunismo de partido’) e do regime russo, caracterizado como um capitalismo de estado. Após a derrota dos movimentos revolucionários dos conselhos operários, Pannekoek passa a desenvolver atividades teóricas, longe do calor da luta. A sua obra, *Os conselhos operários*, faz parte desta fase, no qual os adeptos do comunismo de conselhos desenvolviam teses e publicações, esperando uma nova onda revolucionária que, esporadicamente, explodiu aqui e ali e sempre fazendo renascer os conselhos operários” (“Apresentação” do livro de Anton Pannekoek, *A revolução dos trabalhadores*, p. 7).

transformação revolucionária da sociedade capitalista. Posteriormente, passou a uma posição crítica em relação aos sindicatos, classificando-os como instrumentos burocráticos aliados dos patrões e do Estado no controle da insubordinação dos trabalhadores perante a exploração. Em trabalho recente, Nildo Viana (2011) fez as seguintes observações sobre o pensamento de Pannekoek em relação aos sindicatos:

A abordagem da questão sindical por Pannekoek tem alguns pontos problemáticos para qualquer analista de sua obra. Em primeiro lugar, ele, no decorrer de sua produção teórica, mudou de posição a respeito dos sindicatos; em segundo lugar, desenvolveu observações sobre sindicatos e sindicalismo em diversos textos esparsos não dedicados exclusivamente a esta questão (Viana, 2011, p. 49).

Certamente que as mudanças verificadas na posição de Pannekoek em relação ao papel político dos sindicatos decorrem da sua trajetória nos movimentos e partidos políticos dos quais participou e do processo de burocratização das organizações sindicais, determinado pela luta com o capital monopolista e pelo seu paulatino enquadramento pelo Estado, por meio de legislação que os tornou organizações oficiais, ou seja, órgãos auxiliares dos aparelhos oficiais de controle da força de trabalho. Para tornar esse percurso do pensamento de Pannekoek mais explícito, convém expor suas ideias respeitando a cronologia da sua produção teórica sobre os sindicatos. Começemos pelas formulações contidas nos seus escritos de 1909, *As divergências táticas no movimento operário* (2007a). Nessa obra, escrita quando se encontrava ligado à socialdemocracia, Pannekoek afirma: “Os sindicatos não são diretamente órgãos da luta revolucionária de classe; não fixam como meta a derrubada do capitalismo. São, na verdade, necessários à estabilidade de uma sociedade capitalista normal” (p. 250). Essa “normalidade” da sociedade capitalista consistiria em obter salários que correspondessem ao valor efetivo da força de trabalho, “trocando-se valores por valores iguais” (*idem*, p. 251). Assim, graças à atuação dos sindicatos, seria rompida “a preponderância do empresariado” em relação aos trabalhadores, “patrões e operários se enfrentam como partes de força quase igual e firma contratos nos quais a força de trabalho é paga por verdadeiro valor” (*idem*). Alcançar essa “normalidade” na relação entre capital e trabalho seria a “primeira grande tarefa” e o “objetivo essencial” dos sindicatos.

Para bem cumprir a sua tarefa primordial, de modo a contemplar todos os trabalhadores, os sindicatos deveriam ser ‘neutros’, não exigindo dos seus associados que professassem determinadas concepções políticas. Além disso, deveriam pedir contribuições financeiras aos operários para sustentar as greves e, ainda, contratar funcionários. Pannekoek justificava essas necessidades com os seguintes argumentos:

... as tarefas administrativas, a condução das lutas, as negociações com os empresários, não podem ser ocupações secundárias e requerem, também, aptidões e conhecimentos especiais que não podem ser adquiridas somente por meio da prática (*idem*).

Uma visão com uma forte marca empirista. Pannekoek não poderia imaginar que, precisamente, a manutenção de um corpo de funcionários, incluindo parte dos dirigentes, viria a ser um dos pilares da burocratização dos sindicatos. Apesar disso, constatava que a organização sindical não poderia abolir o capitalismo nem o poder do capital, estava ao seu alcance apenas conter os abusos dos capitalistas na exploração dos trabalhadores. Seu alvo, segundo seu entendimento, seria a cobiça desmedida do empresário individual e não a classe capitalista como um todo, nem o sistema. Ao contrário disso, argumenta que as melhorias obtidas pela ação dos sindicatos “diminuem a miséria e a revolta das massas exploradas, ameaçam o próprio sistema; nesse sentido, [os sindicatos] atuam, inclusive, como uma força conservadora que consolida o capitalismo” (2007a, p. 252). Entretanto, o desenvolvimento contraditório do capitalismo, que alterna períodos de prosperidade com períodos de crises, que geram desemprego massivo e permitem aos empresários anular as conquistas obtidas, impede que “os sindicatos se convertam nas figuras conservadoras que seus amigos burgueses querem fazer deles” (*idem*, p. 253).

É interessante notar que Pannekoek, mesmo propugnando a “neutralidade” política dos sindicatos, contraditoriamente, defendia que deveriam manter estreita relação com o partido político. Coerente com a orientação socialdemocrata que seguia, coincidindo com Rosa Luxemburgo (1999; 2011), Pannekoek acreditava que somente o partido poderia realizar a luta global pela derrubada do capitalismo, daí a necessidade dessa vinculação entre ambas as formas de organização. Apesar da limitação da ação sindical, ele entendia que os sindicatos poderiam ser, “ao mesmo tempo”, por força das

circunstâncias, “*um elemento de transformação revolucionária da sociedade*” (2007a, p. 254; grifos no original). Mas, se isso nem sempre se concretiza, a luta sindical produz um outro resultado de grande relevância: “*a aprendizagem da disciplina proletária*” (2007a, p. 256; grifos no original). Essa “disciplina” consiste na superação da consciência individualista pela consciência do interesse coletivo da classe. Assim, ocorreria: “A prática da luta sindical cotidiana é a prática que ensina os trabalhadores a subordinar seus interesses imediatos, pessoais, ao interesse geral, a sacrificar a busca de vantagem pessoal à vitória da classe” (*idem*). Do seu ponto de vista, a greve constitui o momento privilegiado dessa educação.

Cada greve vitoriosa, graças a uma união sólida, cada luta perdida, por causa da falta de solidariedade, lhes introduz no espírito [dos operários] a verdade que, quando o indivíduo segue sua vontade, todos perdem, porém, quando cada indivíduo submete sua vontade ao conjunto, todos ganham e progredem. Esta experiência adquirida na luta arrasta com força os trabalhadores à disciplina (*idem*).

A virada na opinião de Pannekoek sobre o caráter político e a importância dos sindicatos para a luta dos trabalhadores contra o capital veio com o seu rompimento definitivo com a socialdemocracia (“revisão” ou reformismo)¹⁰, durante a primeira guerra mundial, e se consolidou a partir da crítica de Lênin aos “esquerdistas”, dentre os quais se incluía.¹¹ Os fatos da história do movimento operário que serviram de referência para a nova abordagem da organização sindical por Pannekoek foram a atuação dos soviets na Revolução Russa de 1917 e os conselhos operários surgidos na Revolução Alemã de 1918/1919 (cf. Viana, 2011, p. 58).

A nova concepção de Pannekoek apareceu num texto de 1936, em que identifica os dirigentes sindicais como ‘chefes’ (*apud* Viana, 2011, p. 59). De acordo com sua

¹⁰ Antes de Pannekoek, Rosa Luxemburgo (2011) denunciou a burocratização dos sindicatos e da socialdemocracia na Alemanha em 1906. Ela atribuiu a burocratização dos sindicatos ao avanço do reformismo entre os dirigentes sindicais e no Partido Socialdemocrata alemão, desde a última década do século 19. Em síntese, os reformistas socialdemocratas defendiam a tese de que a construção do socialismo seria realizada por meio de reformas concretizadas através de leis. Nesse processo de mudança gradativa, caberia aos sindicatos se ocuparem da luta econômica – “luta sindical” – e aos representantes políticos do proletariado – deputados – a luta no parlamento pela aprovação de leis de reforma. Portanto, tratava-se de separar a luta sindical da luta política realizada pelos deputados do partido no parlamento (Cf. Luxemburgo, 1999, p. 41-93; 2011, p. 263-349, vol. 1).

¹¹ A análise de Pannekoek sobre a tendência revisionista e seus efeitos na atuação dos sindicatos se encontra no tópico “As tendências burguesas no movimento sindical”, na obra até aqui citada (p. 257-268).

avaliação, os funcionários permanentes se transformaram numa classe, “*uma burocracia que dispõe de todos os elementos de força*: o dinheiro, a imprensa, a promoção do pessoal inferior” (*idem*; grifos meus). Trata-se de uma classe parasita, usurpadora do poder de decisão dos trabalhadores, agindo como os verdadeiros “donos” da entidade: “os sindicalizados não têm nenhum meio de impor aos dirigentes sua vontade” (Viana, *idem*), assim como ocorre na relação com os governos e os parlamentares. A burocracia sindical se comporta como serva do capital e do Estado, atua na conformação dos trabalhadores à sua condição de classe subordinada. Mesmo quando ocorre de os trabalhadores se rebelarem espontaneamente e fazerem greves “e novas lideranças aparecem e tão logo haja um processo de retomada da calma, a velha direção retoma sua posição” (Viana, *idem*).

Embora registre que essa percepção crítica “do papel contrarrevolucionário dos sindicatos devido ao domínio da burocracia sindical é o grande avanço da análise de Pannekoek”, Viana considera que naquele texto ainda se verificam algumas limitações que “permitem interpretações problemáticas”, por vezes contraditórias, das suas formulações (Viana, 2011, p. 61). Pannekoek apresentou uma posição crítica mais precisa do significado da organização sindical para os trabalhadores num pequeno texto, “O sindicalismo”, incluso na obra *A revolução dos trabalhadores* (2007b). Diferentemente do que escrevera na primeira obra citada acima, nesta última ele afirma que a classe operária tem como tarefa primordial “tomar em suas mãos a produção e organizá-la” (p. 113) com base nos conselhos operários, criados no desenrolar da luta pela expropriação dos meios de produção monopolizados pelos capitalistas e pela sua apropriação coletiva pelos trabalhadores. Nesse processo, a classe operária terá de travar duas formas de luta contra o capital: “um combate perpétuo” para reduzir a exploração da sua força de trabalho; e uma luta pela derrubada do capitalismo e instauração de um novo modo de produção (2007b, p. 114).

Esse é o pano de fundo da análise crítica dos sindicatos produzida por Pannekoek, a partir de então. Ele reafirma as origens dessa forma de organização operária e a sua finalidade básica, qual seja, reunir os trabalhadores na luta por remuneração satisfatória e por condições apropriadas de trabalho. Mantém a convicção

de que os sindicatos são indispensáveis ao capitalismo. Ao obterem êxito na luta por salários que assegurem as condições necessárias à reprodução dos trabalhadores e por jornada de trabalho por eles suportável, contribuem para estabelecer a normalidade do sistema. Tornaram-se, cada vez mais, meios de negociação com os patrões. Porém, ao desempenharem o papel de negociadores, os sindicatos são jogados numa armadilha, conforme afirma:

Nas negociações sobre salários ou condições de trabalho, os sindicatos estão, mais do que nunca, em posição de inferioridade, porque devem temer (ou tentar evitar) as grandes lutas que esgotem as reservas e, por isso mesmo, põem em perigo a existência bem assente da organização e dos seus funcionários permanentes. Nas negociações, os delegados têm muitas vezes que aceitar uma degradação das condições de vida para evitar a luta. A seus olhos, é inevitável e escusado será dizer, compreendem que as condições mudaram e a força da sua organização na luta baixou relativamente (2007b, 117-118).

O capital se fortaleceu, concentrou-se. Ao mesmo tempo, a burocratização do sindicato, materializada num corpo de funcionários permanentes, remunerados com as contribuições dos trabalhadores, o enfraqueceu. Aí está sua grande contradição: de instrumento de defesa dos interesses do proletariado converteu-se em meio de reprodução de outra classe, a burocracia, da qual a burocracia sindical é uma fração. Esta o levou a outra, geradora de consequências mais danosas aos trabalhadores: a transformação dos sindicatos em “órgãos do capital”, portanto um corpo estranho, senão hostil aos trabalhadores. Pannekoek descreve de modo límpido essa conversão dos sindicatos. A busca incessante dos capitalistas por elevar a taxa de lucro, que depende do aumento da taxa de mais-valor, isto é, da taxa de exploração da força de trabalho, os leva a resistir ao máximo em ceder às reivindicações dos trabalhadores. A radicalização da parte destes, que “querem lutar”, e a intransigência daqueles põem em risco a sobrevivência da burocracia. Origina-se aí uma contradição insolúvel nos limites das relações capitalistas:

Os funcionários sindicais permanentes parecem possuir o bom senso por todos. Sabem que os sindicatos estão em posição de fraqueza e que a luta terminará na derrota. Mas os trabalhadores sentem instintivamente que grandes forças permanecem escondidas sob as massas; se ao menos soubessem como pô-las em movimento e como servir-se delas! Compreendem bem que cedendo, agora e sempre, verão a sua situação piorar e que esta degradação só pode ser evitada lutando. Surgem então conflitos entre os filiados dos sindicatos e os seus permanentes. Os sindicalizados

protestam contra os novos níveis de salários, sempre favoráveis aos patrões; os delegados defendem os acordos a que chegaram depois de longas e difíceis negociações e tentam fazê-los ratificar. Assim, devem por vezes servir de porta-voz dos interesses do capital contra os dos operários. E, porque são os dirigentes influentes dos sindicatos e põem todo o peso do seu poder e autoridade dum lado, bem determinado, da balança, pode dizer-se que, nas suas mãos, *os sindicatos se transformam em órgãos do capital* (2007b, p. 118; grifos meus).

O tremendo crescimento do poder do capital, concentrado nas mãos de uma parcela cada vez menor da sociedade, gerando do outro lado o aumento do número de trabalhadores proletarizados cada vez mais distanciados dos patrões, torna os órgãos de representação da classe ainda mais necessários, o que leva ao gigantismo dos sindicatos. Estes, para cumprirem seu papel de representantes formais da classe junto aos empregadores e perante as instituições do Estado, necessitam de um verdadeiro “estado-maior” de funcionários (administrativos, advogados, contadores, jornalistas, etc.) e dirigentes (Pannekoek, 2007b, p. 118). Essa burocracia de especialistas, monopolizadora dos “segredos” da política sindical e da legislação trabalhista, transforma-se num verdadeiro “governo sindical” (*idem*, p. 119). Em decorrência dessas transformações, os sindicatos perdem a sua finalidade original de defender os trabalhadores da exploração que lhe é imposta pelos capitalistas.

Enfraquecidos diante do poder irresistível do capital, inclusive por causa das peças criadas pela burocratização, os sindicatos passam de meio de defesa dos interesses dos trabalhadores perante a classe exploradora a “órgãos do capital” e a instituições auxiliares da burocracia estatal. Aos trabalhadores, para empreenderem a desigual e dura luta contra o capital, resta criar outras formas de organização, que sejam já o prenúncio de uma nova ordem social, econômica, política e cultural. Dentre essas novas criações dos produtores da riqueza, os conselhos operários se mostraram as mais apropriadas aos interesses dos trabalhadores. Pannekoek possui uma considerável elaboração sobre os conselhos operários, sendo o seu mais importante teórico. Mas isso é assunto para outra empreitada.

Conclusão

As concepções sobre sindicatos aqui expostas, se, por um lado, apresentam pontos comuns, por outro, revelam divergências inconciliáveis. De modo geral, os

autores abordados coincidem na compreensão de que a luta “tradeunionista”, para usar o adjetivo preferido de Lênin, justificou a criação dos sindicatos; reconheceram a sua importância na organização dos trabalhadores para combater a exploração da sua força de trabalho pelos capitalistas e ressaltaram o seu papel no desenvolvimento da consciência política da classe. De igual modo, apontaram as suas limitações, especialmente a tendência ao localismo, ao economicismo e à prática corporativa. Marx, conforme já demonstrado, foi o primeiro a chamar a atenção para esses limites.

No que se refere à autonomia da organização operária, as concepções de Lênin e de Trotsky são profundamente divergentes das de Marx e de Pannekoek. Os ideólogos bolcheviques russos só admitiam a autonomia dos sindicatos em relação aos patrões, aos partidos que representavam os interesses da burguesia e ao Estado capitalista. Porém, deveriam ser instrumentos de execução da política do partido e do Estado “proletários”. Nesse sentido, criticavam a burocratização dos sindicatos nas sociedades capitalistas, mas defendiam com veemência a sua estatização sob a “ditadura do proletariado”. Esse posicionamento de Lênin e Trotsky revela a sua visão utilitarista e oportunista da organização operária e da relação da “vanguarda” com a classe. O utilitarismo e o oportunismo da prática política do partido bolchevique – posteriormente, Partido Comunista da União Soviética – produziu consequências drásticas para os trabalhadores.

Para Marx, a emancipação da classe operária e, poderíamos acrescentar, das demais classes dominadas só poderia ocorrer pelo seu próprio esforço, ao contrário do que pregavam Lênin e Trotsky. Isso implicaria em construir organizações autônomas, independentes do capital, dos partidos, do Estado e de quaisquer instituições que estivessem a serviço da reprodução da sociedade de classes. Como na época de Marx os partidos não existiam, conforme configurados no século vinte¹², ele não tratou, especificamente, da sua relação com os sindicatos. Contudo, no *Manifesto comunista*, ele e Engels explicitaram que “Os comunistas lutam para alcançar os interesses e

¹² Quando Marx e Engels falavam em partidos estavam se referindo a grupos ou movimentos políticos não formalizados que se formavam a partir de determinadas demandas, geralmente orientados por uma filosofia social. Posteriormente, alguns desses grupos se transformaram em partidos na aceção contemporânea.

objetivos imediatos da classe operária, mas no movimento presente representam ao mesmo tempo o futuro do movimento” (2003, p. 81). Além disso, os comunistas se dispunham a contribuir para “desenvolver nos operários uma consciência tão clara quanto possível do antagonismo hostil existente entre burguesia e proletariado”, tendo em vista a conversão das “condições políticas e sociais que a burguesia deve necessariamente criar com a sua dominação, em outras tantas armas contra a burguesia...” (*idem*, p. 82). Com esse propósito, os comunistas se comprometiam a apoiar “todo movimento revolucionário contra as condições sociais e políticas existentes...” (*idem*). Também se propunham a trabalhar “pela união e pelo entendimento entre os partidos democráticos de todos os países” (*idem*). Nota-se, nestas linhas do *Manifesto*, que Marx e Engels não afirmaram que os comunistas pretendiam substituir ou dirigir os movimentos dos trabalhadores, ainda que entre os operários existissem inúmeros deles.

Diante da degeneração burocrática dos sindicatos e das experiências concretas de auto-organização da classe operária, Pannekoek não teve dúvida de que a destruição do capitalismo e a construção da sociedade comunista pelos trabalhadores passavam pela autogestão da própria luta. Por isso, viu nos conselhos operários a forma mais apropriada de organização da classe trabalhadora. Marx não assistiu à generalização do fenômeno da burocrático na organização sindical, por isso, não pôde tratar do assunto.

Por fim, cabe registrar que as análises acerca do papel dos sindicatos aqui expostas cobrem o período histórico que se estende do início do século 19 à segunda guerra mundial. Até a década de 1910, o movimento operário apresentou uma tendência à expansão, à medida que as relações capitalistas se ampliavam em todos os continentes. Obviamente, essa expansão não se deu de modo linear, uniforme e sempre progressivo, verificando-se fases de ascenso e de refluxo. Apesar dessas oscilações, foi a efervescência do movimento operário nesse período que possibilitou o surgimento dessas formulações, que ainda são referências na atualidade. Após a primeira guerra mundial, que eliminou grande parte da classe trabalhadora e desestruturou suas organizações mais combativas nos principais centros capitalistas, o processo de burocratização dos sindicatos se acelerou, tornando-se irreversível. O triunfo da

contrarrevolução bolchevique na então URSS e a sua influência sobre o movimento operário por intermédio dos partidos vinculados ao *Comintern*, além do progressivo silenciamento dos teóricos revolucionários e da aniquilação sistemática dos movimentos libertários, inviabilizaram o desenvolvimento da teoria crítica da organização sindical. Ao mesmo tempo, dificultaram o surgimento de novas formas de organização autônomas. Isso tudo travou o avanço da revolução, ao ponto de milhares de ideólogos ditos de esquerda terem riscado do seu vocabulário esta palavra.

Longe de admitir o determinismo genético para explicar a história, não se pode deixar de reconhecer que, levando-se em conta as advertências de Marx quanto ao economicismo dos sindicatos ingleses do século 19, a degeneração burocrática e a capitulação dos sindicatos diante do capital e do Estado apontadas por Pannekoek e até por Trotsky, ressalvadas as diferenças entre estes últimos, podemos afirmar que o sindicalismo não superou as suas limitações originais. Por isso, pouco ou nada tem a contribuir para a autoemancipação da classe trabalhadora.

Referências

- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Tradução de B. A. Schumann. – São Paulo: Boitempo, 2008.
- HYMAN, Richard. *El marxismo y la sociologia*. México, DF: Ediciones Era, 1978.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
_____. *Que fazer?* Lisboa: Estampa, 1975 [1902].
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* Tradução de Lívia Xavier. – São Paulo: Expressão Popular, 1999.
_____. *Textos escolhidos*. Tradução de Stefan Klein. – São Paulo: Editora Unesp, 2011. Vol. I.
- MARQUES, Edmilson. “A questão da organização proletária em Anton Pannekoek”. In: BRAGA, Lisandro; VIANA, Nildo (orgs.). *A questão da organização em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011; pp. 31-48.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Tradução de Pietro Nasseti. – São Paulo: Martin Claret, 2003.
_____. *Sindicalismo*. Tradução de José Roberto Marinho. – São Paulo: CHED, 1980.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. Traduções de Edgard Malagodi *et al.* 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

_____. *O capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 3ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os economistas).

PANNEKOEK, Anton. *A revolução dos trabalhadores*. S/L: Barba Ruiva, 2007a.

_____. *Las divergências tácticas em el movimiento obrero*. In: GORTHER, Hermann;

PANNEKOEK, Anton. *El materialismo histórico explicado por Hermann Gorter* [Stuttgart, 1913]; *Las divergências tácticas em el movimiento obrero* [Hamburgo, 1909]. S/L: Ediciones Espartaco Internacional, 2007b.

TROTSKY, Leon. *Escritos sobre sindicato*. Tradução de Vera Corrêa de Sampaio e Maria Emília Sedeh Boito. – São Paulo: Kairós, 1978.

VIANA, Nildo. “Anton Pannekoek e a questão sindical”. In: BRAGA, Lisandro; VIANA, Nildo (orgs.). *A questão da organização em Anton Pannekoek*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2011; pp. 49-74.